

## Nelson Jobim debate reforma do Judiciário. Plenário examina MPs

O futuro presidente do STF, Nelson Jobim, discutirá com os senadores da CCJ, na quarta-feira, a proposta que reformula o Judiciário. Amanhã, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Gabriel Ferreira, analisa na CAE a Lei de Falências. Já o Plenário pode votar medidas provisórias que trancam a pauta

Página 3

### Lobão cobra votação da PEC paralela na Câmara

Presidente da Comissão de Justiça, Edison Lobão cobra do governo o cumprimento do acordo que levou à aprovação da reforma da Previdência no Senado. Lobão espera que a chamada PEC paralela seja logo aprovada pelos deputados.

Página 5



**DIFICULDADE** Lúcia Vânia ouve relatos de pacientes e familiares e considera crítica a situação

### Lúcia Vânia visita posto do INSS para avaliar as conseqüências da greve

A situação provocada pela greve dos médicos peritos do sistema previdenciário foi acompanhada ontem em Goiânia pela senadora Lúcia Vânia, pre-

sidente da Comissão de Assuntos Sociais. Estima-se que 19 mil perícias deixaram de ser feitas na capital de Goiás, e mais de cem mil em todo o país.

Página 5

### Paim quer salário mínimo de R\$ 308

Vice-presidente do Senado, Paulo Paim defende mais investimentos na área social e apresenta projeto garantindo para o próximo reajuste um salário mínimo de R\$ 308. Senador também pede apoio para divulgação do Estatuto do Idoso.

Página 4



Célio Azevedo

**DESABAFO** "Sou de uma época em que compromisso era para ser cumprido", afirma Lobão



Célio Azevedo

**ABRANGÊNCIA** Paim diz que distribuição de renda no país passa pelo salário mínimo

## Valmir Amaral e Sibá defendem incentivo ao biodiesel

Soja, mamona, amendoim, dendê e babaçu estão entre as matérias-primas que podem ser utilizadas na produção do biodiesel, gerando empregos e reduzindo a poluição do meio ambiente. É o que garantem os senadores Sibá Machado e Valmir Amaral

Página 6

## Eduardo homenageia Rádio Senado

Os sete anos de funcionamento da Rádio Senado foram comemorados pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Ele observou que a emissora cobre diariamente, "com isenção, nitidez e fidelidade", todos os trabalhos parlamentares no Plenário e nas comissões.

Para o senador, a Rádio Senado contribui de forma decisiva para garantir visibilidade às ações desenvolvidas no Senado. E destacou a qualidade da programação que dá ênfase à cultura brasileira.

Eduardo lembrou que a Rádio Senado atinge várias cidades brasileiras, desde capitais até pequenas comunidades, já que a emissora pode ser sintonizada também em ondas curtas e captada pela Internet.

O senador parabenizou os profissionais que trabalham na Rádio Senado sob o comando do jornalista Max Fabiano e elogiou os demais veículos que integram o sistema de comunicação social do Senado (TV, jornal e agência). Segundo observou, os jornalistas "cobrem com imparcialidade os trabalhos da Casa".



Roosevelt Pinheiro

**QUALIDADE** Eduardo Siqueira Campos destaca o nível da programação da emissora

# Agenda



## Plenário analisa amanhã MP que tranca pauta

A discussão da medida provisória que autoriza a contratação temporária de pessoal pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) continua trancando a pauta de votações. Por isso a sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, tem caráter não deliberativo. Ela é destinada aos discursos dos parlamentares e comunicados da Mesa. Amanhã, às 14h30, o Plenário retoma a discussão da medida provisória (MP 136/03).

## Jobim fala à CCJ sobre reforma do Judiciário

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, será ouvido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira, às 10h. O ministro discute a reforma do Judiciário (PEC 29/00). Será a segunda audiência pública com o objetivo de instruir o projeto. Na semana passada, foi ouvido o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal.

## Conselho indica candidatas ao Prêmio Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz seleciona amanhã, às 11h30, as cinco candidatas ao prêmio criado para homenagear mulheres que tenham contribuído na defesa dos direitos da mulher e em outras questões de gênero. A premiação está em sua terceira edição. Este ano, o conselho recebeu em torno de 45 indicações encaminhadas por organizações da área e parlamentares, como a senadora Roseana Sarney (PFL-MA).



## PPA deve ser votado na Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma nesta quinta-feira, às 14h30, a discussão e votação do relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao Plano Plurianual (PLN 30/03),

que não foi votado na semana passada por falta de acordo entre as lideranças. O PPA indica os projetos que receberão investimentos até o final de 2007.

## Comissão de Educação debate radiodifusão

A Comissão de Educação (CE) realiza a primeira reunião deste ano amanhã, às 10h30. Em discussão, 60 projetos de decreto legislativo (PDLs) que aprovam atos de outorga ou renovação de concessões ou permissões para a exploração de serviços de radiodifusão. A comissão é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).



## Lei de Falências em discussão

Amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz a terceira audiência pública para discutir a Lei de Falências (PLC 71/03). Foram convidados os presidentes da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Gabriel Ferreira, e o jurista Fábio Ulhoa, da PUC/SP.

## Violão clássico na TV Senado

O programa *Conversa de Músico*, exibido pela TV Senado, apresenta hoje, às 19h, o violonista Fabrício Schlee Eyley. O músico de 22 anos se dedicou ao estudo erudito do instrumento e já tocou em algumas das salas de concerto mais importantes do país.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



Jane de Araújo

**META** Romero Jucá explica que distritos com mais de 500 habitantes estão incluídos

## ECT vai atender novas cidades, diz Romero Jucá

A expansão da oferta de serviços postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) irá incluir até 2007 os distritos e cidades com mais de 500 habitantes – que somam 145 milhões de brasileiros – pela distribuição domiciliar, segundo informou o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Essa meta, observou, corresponde a um crescimento de 5% em população atendida.

Segundo Jucá, em alguns países, a cobertura de áreas pouco rentáveis pelos correios é bancada por subvenções do Estado, quando não por tarifas postais elevadas ou ainda pela cobrança de tributo. No caso do Brasil, explicou, é a exclusividade de alguns segmentos, especialmente os de carta, cartão postal, telegrama e malote, que vem possibilitando os avanços na expansão dos serviços postais.

O senador observou que atualmente discute-se a manutenção dessa exclusividade pelos correios públicos, principalmente por iniciativa de alguns operadores postais privados.

– Julgo importante a manutenção desse procedimento ao menos por um razoável intervalo de tempo. Qualquer flexibilização deveria ser realizada de modo gradual e cuidadoso – defendeu Jucá.

Universalizar os serviços postais com qualidade e preços acessíveis, disse o senador, representa a missão da ECT. Jucá destacou entre os novos serviços oferecidos pela empresa o *Exporta Fácil*, que consiste na remessa de produtos ao exterior com simplificação de procedimentos, voltado para as micro e pequenas empresas e o Correios Net Shopping, um portal de hospedagem de lojas virtuais de pequenos e médios empresários.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Franklin e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Nelson Jobim debate reforma do Judiciário

**Também já foram convidados para falar sobre a proposta o ministro da Justiça e o presidente do STF**

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, comparece nesta quarta-feira a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia (CCJ), para debater com os senadores a proposta de reforma do Poder Judiciário. A reunião está marcada para as 10h.

Na última quarta-feira, o colegiado, presidido pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ouviu o atual vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, sobre o assunto. Ele apelou aos senadores para que a proposta (PEC 29/00) seja votada durante o período da convocação extraordinária, que se encerra no dia

13 de fevereiro.

Expondo o pensamento do STJ, Vidigal defendeu a aprovação imediata e promulgação dos pontos consensuais da proposta da Câmara dos Deputados, sugerindo que os dispositivos polêmicos sejam retirados do texto em análise e agrupados em nova proposta. Essa estratégia resultaria no "fatiamento" da reforma do Judiciário, a exemplo do que ocorreu com a reforma da Previdência.

A adoção da súmula vinculante, que atrela as decisões das instâncias inferiores às dos tribunais superiores; o controle externo e a criação da Escola Nacional de Magistratura são aspectos da reforma que, na visão de Vidigal, podem ser votados logo.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do STF, ministro Maurício Corrêa, também já foram convidados pela comissão para debater a reforma.



Célio Azevedo

**DISCUSSÃO** Audiência na CCJ com a presença de Jobim será nesta quarta-feira, às 10h

## Reforma envolve temas complexos

A reforma do Judiciário é um dos assuntos mais complexos em análise no Senado, onde tramita desde 2000, depois de ter passado oito anos na Câmara. A proposta de emenda à Constituição que trata das mudanças envolve temas tão distintos como ingresso na magistratura ou composição dos tribunais superiores. Veja alguns dos pontos da reforma em discussão no Senado:

### Ingresso na carreira

Experiência mínima de cinco anos para que o bacharel em Direito possa concorrer à carreira de juiz, por meio de concurso público

### Promoção dos juízes

Atualmente, o critério é o do merecimento. A proposta do Senado prevê a adoção de critérios objetivos de produtividade e presteza do juiz

### Proibição da contratação de parentes dos juízes

Veda a nomeação ou designação de cônjuge, parente até segundo grau e companheiro para cargos e funções comissionadas

### Controle externo do Judiciário

A proposta prevê a criação do Conselho Nacional de Justiça, formado por membros do próprio Poder, já que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) considera inconstitucional a presença de membros estranhos ao Judiciário no seu órgão de controle. O conselho terá, entre suas funções, a de controlar a atuação administrativa, financeira e funcional dos juízes

### Súmula vinculante

O texto do Senado adota as súmulas do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As decisões tomadas por pelo menos dois terços dos membros dos três tribunais devem ser obrigatoriamente seguidas pelos juízes de instâncias inferiores

### Foro especial

A PEC em discussão no Senado apenas concede foro especial para as autoridades enquanto elas estiverem no exercício do cargo ou função

### Composição do STF

Pela redação adotada no Senado, não poderão ser membros do STF as pessoas que, nos três anos anteriores à indicação, tenham exercido mandato eletivo, como o de senador e presidente da República, ou que tenham parentesco até segundo grau com pessoas que exerçam mandatos eletivos

### Acesso à Justiça

A proposta do Senado permite que os tribunais federais e estaduais criem a "justiça itinerante", para realizar audiências em locais distintos, como escolas públicas e associações comunitárias, e não apenas nos fóruns. O objetivo é ampliar o acesso da população à Justiça



Roosevelt Pinheiro

**OBSTRUÇÃO** Falta de entendimento entre as lideranças provocou o trancamento da pauta do Plenário

## Senado pode votar MP que autoriza a contratação de pessoal pelo Cade

O Senado pode votar amanhã a medida provisória (MP) que autoriza a contratação temporária de pessoal pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que controla os abusos do poder econômico no mercado. Por falta de acordo, essa medida provisória (163/03) não pôde ser votada na semana passada, provocando, assim, a obstrução da ordem do dia.

Também estão na pauta do Plenário as MPs 137/03, que

autoriza o Tesouro a rolar dívidas, e 138/03, que trata dos planos de benefícios da Previdência Social.

Aguardam ainda votação projeto de resolução (PRS 57) que autoriza as prefeituras a terceirizar a cobrança de tributos em atraso; o Projeto de Lei Complementar nº 1, que cria e transforma cargos e funções nos tribunais regionais eleitorais; e o projeto de decreto legislativo (PDL 859/03) que aprova o acordo sobre assistên-

cia jurídica gratuita no âmbito do Mercosul.

Caso a pauta seja destrancada, podem ser votados também o PDL 891/03, sobre acordo entre Brasil e Nova Zelândia sobre remuneração na área diplomática; o PDL 892/03, que aprova o acordo entre Brasil e Bolívia para a construção de ponte sobre o Rio Acre; o PDL 893 e a Mensagem 18, sobre acordos em torno do Mercosul; e o PDL 895, que trata de acordos entre o Brasil e a Alemanha.

## Lei falimentar tem novas audiências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã, a partir das 10h, audiência pública para discutir o projeto de nova Lei de Falências com Gabriel Jorge Ferreira, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), e Fábio Ulhoa Coelho, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A audiência tem o objetivo de instruir o projeto da Câmara

dos Deputados (PLC 71/03) que regula a recuperação judicial e extrajudicial, e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais. A audiência foi requerida pelos senadores César Borges (PFL-BA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).

Na quinta-feira, de acordo com o presidente da CAE, se-

nador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão deve ouvir os representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, além do presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Luiz Otávio Gomes. Os dirigentes de algumas das principais confederações patronais devem comparecer à audiência no dia 10 de fevereiro.



José Cruz

## Fátima Cleide propõe mudança na educação

A legalização do exercício profissional de milhares de trabalhadores da área de educação básica despertou a preocupação da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que pretende contornar o problema por meio do projeto de lei do Senado, em tramitação na Comissão de Educação (CE). A matéria está sendo relatada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

A proposição (PLS 507/03) modifica o artigo 61 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com o objetivo de especificar as categorias de trabalhado-

res que devem ser considerados profissionais da educação escolar básica. Inserir-se aí, por exemplo, tanto os professores habilitados em curso de nível médio ou superior, para lecionar na educação infantil e nos ensinos médio e fundamental, quanto aqueles não habilitados, mas em efetivo exercício da docência e que comprovem frequentar curso de formação para o magistério.

Também são contemplados pelo projeto os trabalhadores em educação com diploma de curso de Pedagogia, ou de mestrado ou

doutorado em área afim, em exercício ou não na educação básica, além daqueles em efetivo exercício, portadores de diploma ou matriculados em curso técnico na área pedagógica ou afim, desde que reconhecidos pelo sistema de ensino.

A intenção de Fátima Cleide é dar cobertura legal a milhares de trabalhadores que atuam em funções não-docentes, mas de caráter pedagógico, na educação básica. A senadora almeja abrir para essa categoria uma nova perspectiva de formação pedagógica.

**NOVO CRITÉRIO** Proposta de Fátima Cleide altera artigo da Lei de Diretrizes e Bases



José Cruz

**VITALIDADE** Patrícia pretende tornar obrigatório registro das condições do bebê

## Patrícia quer exame em recém-nascidos

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) que obriga maternidades e serviços hospitalares da rede pública ou conveniadas com o Sistema Único de Saúde (SUS), que realizem partos, a colocarem no prontuário do recém-nascido o registro do índice Apgar, para posterior transcrição para o cartão da criança. Esse índice foi criado na década de 50 pela anestesiológica inglesa Virgínia Apgar com o objetivo de avaliar as condições de vitalidade do recém-nascido, por intermédio da resposta de cinco itens de um exame físico realizado entre um minuto e meio e dez minutos de vida.

O índice Apgar atribui uma nota que varia de 0 a 2 para cada item avaliado. Se a pontuação total variar entre 8 e 10, significa que o bebê nasceu em ótimas condições. Uma nota 7 representa que o recém-nascido teve uma dificuldade leve. De 4 a 6 implica uma dificuldade de grau moderado. Se variar entre 0 e 3 implica dificuldade de ordem grave.

### Diagnóstico

A persistência das dificuldades durante alguns minutos, sem o devido tratamento, pode levar a alterações metabólicas no organismo do bebê, criando uma situação potencialmente perigosa, a chamada anóxia (falta de oxigenação). O boletim Apgar de primeiro minuto é considerado como um diagnóstico da situação presente. Já o Apgar de quinto minuto e o de décimo minuto representam um prognóstico da saúde neurológica da criança.

– Infelizmente o registro do índice Apgar no cartão da criança não é obrigatório, dificultando o acompanhamento de sua saúde pelos pediatras – afirma Patrícia Saboya na justificativa de sua proposta.

# Paim defende mínimo de R\$ 308 e retorno do crescimento econômico

**Projeto do senador que fixa índice para o próximo reajuste aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos**

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), disse que a partir de 2004 o país precisa retomar o crescimento econômico. O senador defendeu mais investimentos na área social e quer ainda que o salário mínimo passe a ser fixado em valores equivalentes a pelo menos US\$ 100. Paim apresentou projeto que prevê, para o próximo reajuste, salário mínimo de R\$ 308. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A questão da distribuição de renda no Brasil passa também pelo salário mínimo. A repercussão que esse índice tem automaticamente no piso salarial dos estados, no seguro-desemprego e mesmo no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é enorme – observou.

O senador assinalou que o salário mínimo é referência em relação à política salarial da maioria das empresas e disse que mais de 100 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo, atualmente fixado em R\$ 240.

### Estatuto do Idoso

Paim pediu o apoio de empresários e da imprensa na divulgação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741). Ele informou que o Congresso mandou imprimir 100 mil exemplares do estatuto para distribuir para a população, 50 mil a cargo de cada Casa. O vice-presidente destacou tratar-se de um documento institucional. E ressaltou que há um grande movimento da sociedade brasileira no sentido de garantir a aplicação do estatuto, mas muitas pessoas ainda desconhecem o conteúdo da nova lei.

Paulo Paim lembrou que o estatuto é composto de 118 direitos para cidadãos de mais de 60 anos e afirmou que a impressão de uma cópia custa apenas R\$ 1. Ele sugeriu que empresários façam essas cópias e dêem de presente a seus funcionários. O parlamentar salientou que discutirá, em breve, com Executivo a questão da divulgação do estatuto.



Célio Azevedo

**DIVULGAÇÃO** Paim também recomenda ampla distribuição do Estatuto do Idoso

## Mais criatividade para gerar empregos, pede Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) identificou o que chamou de “falta de criatividade” do governo na geração de empregos e, conseqüentemente, nas iniciativas para elevação do valor do salário mínimo para, pelo menos, US\$ 100 ou R\$ 300.

– Ainda patinamos em torno de um salário mínimo vergonhoso, de menos de cem dólares. Isso não é grande coisa, é quase nada. Não podemos ser uma grande nação pagando

aos trabalhadores míseros 300 reais por mês – declarou.

A elevação do salário mínimo, na opinião de Lobão, é importante para que o Brasil possa ocupar o lugar a que está destinado, entre as cinco maiores economias do mundo nos próximos 20 a 30 anos.

– O Brasil faz parte do concerto das grandes nações. Sempre fui favorável às viagens presidenciais ao exterior, por acreditar que são produtivas para promover os interesses nacio-

nais – disse o parlamentar, ressaltando que o seu comentário foi feito enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrava em viagem oficial à Índia.

– Enquanto isso, o desemprego grassa pelo país. O governo poderia promover investimentos em atividades intensivas de geração de emprego e não o faz. Exemplos disso são as indústrias canavieira, do turismo, da construção civil, que estão sendo negligenciadas.

Será que está faltando criatividade ao governo? – questionou.

O senador lamentou que os avanços nacionais no campo da economia em 2003 não tenham correspondido às necessidades de melhoria do bem-estar do povo brasileiro.

– Tenho esperanças de que este ano o presidente possa voltar-se aos interesses imediatos do povo que ainda estão abandonados, negligenciados – afirmou Lobão.

## Lúcia Vânia avalia falta de médicos peritos no INSS

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) visitou na sexta-feira a maior agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Goiânia. O objetivo foi conhecer de perto a situação provocada pela greve dos médicos peritos do sistema previdenciário.

Com a paralisação, a estimativa é de que 19 mil perícias deixaram de ser feitas na capital de Goiás. Em todo o país, mais de cem mil perícias já deixaram de ser realizadas e, segundo Lúcia Vânia, o quadro é crítico. A senadora pretende fazer um relato da situação aos membros da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, que ela preside.

A parlamentar ouviu os relatos dos familiares de deficientes que esperavam para dar entrada no benefício da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que garante um salário mínimo aos portadores de doenças incapacitantes.

– Há casos muito tristes. A mãe de uma jovem que foi trazida de ônibus, com grande dificuldade, atada por um cinto à cadeira de rodas, não conseguiu dar entrada no benefício apesar de esperar horas para ser atendida. São situa-



Roosevelt Pinheiro

**AUDIÊNCIA** Lúcia Vânia solicitou a convocação do ministro da Previdência Social

ções que precisam ser resolvidas com rapidez – afirmou a senadora goiana.

Por conta da greve estão suspensos, somente em Goiânia, 450 atendimentos diários. A senadora já pediu informações ao Ministério da Previdência Social e apresentou requerimento convocando o ministro Amir Lando para expor a situação na CAS e debater o que pode ser feito em relação à falta de peritos.

Ela criticou a criação de vagas, anunciada recentemente pelo governo, quando a grande deficiência de servidores encontra-se “na ponta, para atender o cidadão. Há deficiência de funcionários públicos em funções que atendem diretamente a população, onde os salários são baixos e há acúmulo de trabalho por falta de pessoal”, completou.

## Greve completa dois meses

A greve dos médicos peritos do INSS começou no dia 3 de dezembro do ano passado, depois de negociações frustradas com o Ministério da Previdência Social. Os médicos reivindicam o reconhecimento e a estruturação da carreira de perito da Previdência, além de equiparação salarial ao cargo de auditor fiscal e a abertura de concurso para preenchimento de 3,5 mil vagas. A paralisação atinge 85% dos 2,7 mil peritos pertencentes aos quadros do INSS.

De acordo com a Associação

Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), desde 1976 não é realizado concurso para este cargo. Com isso, a peritagem da Previdência é feita, em sua maioria, por médicos terceirizados. Atualmente, são cerca de 5 mil terceirizados no INSS.

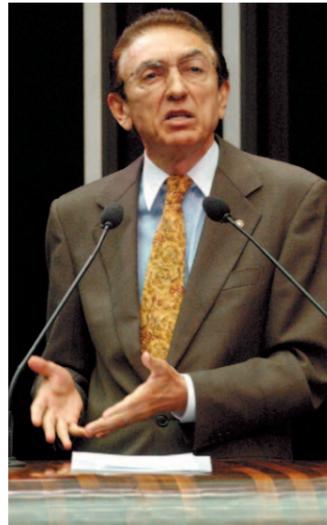
O profissional é responsável pela concessão de direitos previdenciários, como auxílio-doença, direito à aposentadoria especial e pareceres para isenção de Imposto de Renda para portadores de deficiência. O INSS realiza cerca de 660 mil perícias por mês.

# Lobão cobra acordo para aprovar a PEC paralela

**Governo deve cumprir compromisso com lideranças para a votação da proposta, exige o senador**

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou do governo o cumprimento do acordo que levou à aprovação da reforma da Previdência no Senado. Para isso, ele apelou para que seja viabilizada a rápida aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que alivia os efeitos da reforma para servidores públicos ativos e inativos, a PEC paralela, que tramita na Câmara (227/04).

– Com desapontamento, percebo que lideranças importantes da Câmara, inclusive do próprio governo, criticam a PEC paralela. Aquele foi um compromisso concreto, com a participação do governo. Não entendo que se criem problemas para a votação da propos-



Célio Azevedo

**CRÍTICA** “Não entendo que se criem problemas para a votação da proposta”, observa Lobão

ta na Câmara – lamentou Lobão, lembrando que, na época em que o acordo foi feito, o atual ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, era líder do governo naquela Casa.

O senador narrou que, como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), era responsável por organizar debates e encaminhar votações sobre a reforma da Previdência, mas não votava, mantendo o equilíbrio e a isenção necessárias. Porém, ele revelou que, com amargura, conduziu a votação da PEC da reforma da Previdência “que retirava direitos dos aposentados brasileiros”.

– Com aquilo, eu não estava de acordo. Surgiu então a PEC paralela, fruto de acordo das lideranças com o governo, que restaurava direitos fundamentais dos aposentados. Obtive um ânimo novo com o compromisso de que a proposta paralela seria também aprovada na Câmara. Sou de uma época em que compromisso era para ser cumprido, não para enganar as pessoas. Não posso acreditar que a moral política no país tenha decaído a esse ponto – declarou.

## Governo honrará compromisso, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou novamente, na sexta-feira, o compromisso do governo, reforçado na véspera pelo ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, de votar na Câmara dos Deputados a PEC paralela da Previdência. Paim destacou que Rebelo confirmou que o governo honrará todos os compromissos assumidos com o Senado.

– Queremos simplesmente que se cumpra o acordo. Não estamos exigindo nada. Queremos o melhor relacionamento possível entre a Câmara, o Senado e o Poder Executivo. Ontem, mais de 30 senadores pediram que o acordo seja cum-

prido na íntegra. O ministro foi muito claro, disse que o governo vai cumprir. Pediu apenas tolerância para poder haver articulação junto com a Câmara, respeitando a autonomia daquela Casa – afirmou.

O vice-presidente do Senado destacou que a proposta garante aos servidores direitos importantes, como a paridade, para que aposentados tenham os mesmos reajustes que trabalhadores da ativa. O senador destacou também que a aprovação da PEC paralela corrige uma injustiça, pois garante que quem começou a trabalhar mais cedo não seja prejudicado. “A PEC paralela diminuirá em um ano a idade mínima de

aposentadoria para cada ano que exceder o tempo de contribuição normal”, explicou.

### Cobrança

O senador contou estar recebendo “milhares” de e-mails questionando o baixo índice de reajuste concedido aos servidores. Para Paim, a aprovação da PEC 77 (227 na Câmara) é fundamental para garantir a recomposição dos salários.

O parlamentar lembrou os inconvenientes com a demora na aprovação da paralela. Ele citou como exemplo os fiscais do trabalho assassinados em Unaí (MG). “As viúvas não terão direito à paridade, que lhes será assegurada apenas com a aprovação da PEC 77”, afirmou.

## Heloísa apela por socorro aos flagelados de Alagoas

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) ocupou a tribuna na sexta-feira para pedir ao governo federal a imediata liberação de R\$ 12 milhões, destinados a socorrer as vítimas das enchentes que assolaram Alagoas.

Heloísa informou que os re-

ursos, já acertados entre o governo estadual, bancada alagoana e o Palácio do Planalto, deverão ser aplicados, principalmente, na construção de estradas vicinais, de pontes, e na reconstrução de moradias.

A senadora, que percorreu

as áreas mais afetadas pelas fortes chuvas de janeiro, informou que o problema é mais grave em 13 municípios alagoanos. Segundo ela, a população pobre que vive à beira dos rios “perdeu suas poucas coisas e, por isso, necessita com urgência de ajuda”.

– O recurso solicitado ao governo federal é muito pouco se comparado com o dinheiro gasto mensalmente para encher a pança dos banqueiros – observou Heloísa, ao reafirmar que as constantes enchentes ocorrem pela falta de infra-estrutura.



Célio Azevedo

# Sibá propõe biodiesel para reduzir importação de óleo

■ E mostra que a utilização de óleo vegetal pode gerar até 180 mil empregos diretos e indiretos

A utilização de óleo vegetal (biodiesel) como fonte alternativa de energia foi defendida na sexta-feira, em Plenário, pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele apontou as potencialidades do biodiesel, como a redução das importações de petróleo e de óleo diesel, a promoção da inclusão social pela geração de emprego e renda, a significativa diminuição das emissões de diversos poluentes e a redução das disparidades regionais.

Segundo o senador, estudos conjuntos desenvolvidos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, da Integração Nacional e das Cidades permitem simular que a cada 1% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel no país, na hipótese de utilização de um per-

centual de mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel em todo o território nacional, seria possível gerar cerca de 45 mil empregos no campo, a um custo médio de aproximadamente R\$ 4.900 por emprego.

De acordo com Sibá, tomando-se como média a possibilidade de criação de três empregos na cidade para cada emprego no campo, a participação de um ponto percentual da agricultura familiar no mercado de B5 (5% de biodiesel) permitiria a geração de aproximadamente 180 mil empregos diretos e indiretos.

Sibá apresentou algumas conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado no ano passado para estudar a viabilidade de utilização do biodiesel. Entre as recomendações do GTI, estão as de adotar a inclusão social e o desenvolvimento regional como princípios orientadores básicos das ações do governo direcionadas ao biodiesel, autorizar oficialmente o uso do biodiesel, inicialmente o B5, e inserir, de forma sustentável, a

agricultura familiar nas cadeias produtivas do biodiesel.

O Brasil, afirmou o senador, detém considerável experiência na área do biodiesel.

– Mas, ao contrário de países considerados desenvolvidos, ainda nos encontramos em franco descompasso com nossa capacidade produtiva de biomassa, pois dispomos de condições de solo e clima privilegiados para a produção de diversas matérias-primas suscetíveis de aproveitamento para fabricação de biodiesel – acrescentou.

Ele destacou que a experiência nacional envolve diversas matérias-primas, como a soja, a mamona, o amendoim, o dendê e o babaçu, e várias rotas tecnológicas. O senador citou as pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal do Ceará, no Instituto de Tecnologia do Paraná, na Universidade Federal do Mara-



Célio Azevedo

**CONDIÇÕES** Solo e clima do país são excelentes para a produção de biomassa, afirma Sibá

nhão, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e na Universidade de Brasília. E registrou a fundação do Núcleo de Produção de Biomassa do Acre.

Para o parlamentar, o Brasil já tem suficiente domínio sobre o processo de produção de biodiesel por meio de rotas tecnológicas alternativas, e o que é necessário, agora, é fortalecer e disseminar essas experiências.

E defendeu também o aprimoramento dos testes de produção e uso desse combustível renovável e o estabelecimento de padrões de qualidade adequados aos seus vários usos.

## Senador quer definir matriz energética

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu que a Empresa de Pesquisa Energética – criada por uma das medidas provisórias (MPs), com novas regras para o setor elétrico, aprovadas pela Câmara na última quinta-feira – proponha a matriz energética nacional. Em entrevista à Rádio Senado, o parlamentar lamentou que o Brasil ainda não tenha essa matriz definida.

– Essa empresa não deve fazer apenas pesquisa. Ela deve propor uma matriz energética para o país, abrangendo todos os setores: produção, distribuição, comercialização, tecnologia de desenvolvimento e geração – disse o representante piauiense no Senado.

Essa nova matriz, segundo o senador, deve também incluir regras para reduzir a perda energética no Brasil. Entre elas, Alberto Silva propôs que os fabricantes de aparelhos elétricos sejam obrigados a adotar um padrão de rendimento máximo, como já ocorre na Europa e nos Estados Unidos.

O senador propôs a formação, no Senado, de uma comissão de especialistas na área de energia para que a MP seja analisada antes de sua votação em Plenário. Para ele, os senadores devem aprovar um documento que “complete, aprimore ou mude” a proposta encaminhada pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Sobre a retirada do poder da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de fazer contratos com empresas privadas (dando mais instrumentos para o Poder Executivo controlar os reajustes nas tarifas de energia), Alberto Silva opinou não se tratar de um retrocesso. Para ele, é apenas “voltar à posição primitiva”.



Waldemir Rodrigues

**ESPECIALISTAS** Alberto Silva propôs uma comissão de senadores para analisar MP

## Valmir Amaral também defende produção de combustível biológico

Os combustíveis derivados de material fóssil não vão perdurar indefinidamente. Esse foi o alerta feito pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF) ao solicitar que o governo federal dê apoio às pesquisas e projetos voltados para o incremento e a melhoria da produção de combustíveis biológicos no país. Ele citou entre as alternativas o biodiesel – que é produto de uma reação química gerada pela mistura de óleo vegetal e álcool de cana-de-açúcar, destacando o dendiesel (combustível derivado do óleo de dendê).

Esse combustível encontra clima adequado para ser incrementado no Brasil, e apresenta produção superior à de outros vegetais, informou o senador, contando que o responsável pela descoberta do dendiesel foi o engenheiro químico Hernani Sá, que divulgou, em 1979, trabalho sobre o assunto. Segundo o parlamentar, o projeto do especialista em combustíveis está pronto e disponível para



José Cruz

**ALTERNATIVA** Dendiesel poderia ser usado por ônibus e caminhões, observa Valmir Amaral

implantação imediata no país.

Valmir Amaral disse que a finalidade do dendiesel é substituir o óleo diesel usado por ônibus e caminhões. Na Europa, acrescentou, outros tipos de biodiesel já estão sendo utilizados há oito anos. Em alguns países da Europa, esse tipo de com-

bustível já é utilizado.

Além de econômicos, os combustíveis de óleos vegetais são os mais indicados para evitar a poluição do meio ambiente, acentuou o senador.

– Nosso potencial para a produção de biodiesel é gigantesco. Com a adoção de políticas corretas, poderemos tornar este país um importantíssimo supridor mundial de combustíveis renováveis – afirmou.

**São Paulo**

O senador também parabenizou a cidade de São Paulo (SP) pela passagem dos 450 anos de fundação da capital, comemorado no último domingo, dia 25 de janeiro.

### ▼ Governo unifica pesquisas de fonte alternativa

As pesquisas de biocombustível no Brasil começaram nos anos 70, durante a crise do petróleo. A estratégia traçada pelo governo federal, na época, era dotar o país de fontes alternativas para reduzir a dependência dos derivados de petróleo. Um dos produtos dessas pesquisas foi o álcool. O outro produto, o biodiesel, não chegou a ser incentivado.

Em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Pólo Nacional de Biocombustíveis, que será sediado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba (SP). Com o pólo, o governo pretende unificar as pesquisas em torno do biodiesel, que atualmente estão espalhadas em diversos centros de pesquisas.

O biodiesel já é adotado em diversos países, como Argentina, Estados Unidos, Alemanha e Itália. A maioria deles usa a mesma mistura: 5% de combustível vegetal é adicionado ao diesel. Na Alemanha, a proporção é de 30%, e mais de 800 postos no país vendem o biodiesel puro. A opção pela substituição do diesel não é casual. Esse combustível é o que mais lança dióxido de carbono no ar.



**CONTESTAÇÃO** Mozarildo critica as entidades ambientalistas que atuam na região

## Mozarildo prega desenvolvimento da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que é necessário mudar a mentalidade de algumas entidades ambientalistas e organizações não-governamentais que atuam na Amazônia. Segundo o parlamentar, há entidades que “só vêm as necessidades da floresta, mas se esquecem do homem em busca de melhor qualidade de vida, para o qual a floresta é menos paisagem para contemplação e mais oportunidade econômica legítima”.

– Muitas dessas entidades querem encerrar a Amazônia numa espécie de redoma de vidro, subtraindo tudo, ao máximo, da exploração econômica. A economia produtiva não é vista como um imperativo que deve ser harmonizado com a preservação da floresta, mas apenas como inimigo da floresta que deve ser contido a todo custo, para que a integridade e a pureza da mata não sejam maculadas.

Essa posição, segundo o senador, não é a mesma expressa pelo geógrafo norte-americano David MacGrath, professor da Universidade do Pará, sobre a Amazônia, em entrevista publicada pela revista *Veja*. Conforme Mozarildo, MacGrath diz que a floresta não sobreviverá caso se tente esquecer uma realidade que existe, que é a ocupação econômica da floresta.

Mozarildo manifestou sua expectativa de que o desenvolvimento econômico possa ser ordenado e disciplinado pelo poder público, por pressão da sociedade, de modo a provocar os menores riscos possíveis à existência do patrimônio natural amazônico.

## Jereissati quer incluir regra para agência na Constituição

Proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) estabelece os princípios e regras a serem observados pelas agências reguladoras. Um dos objetivos da iniciativa é impedir as “variações abruptas de regras” a que estão sujeitas as agências, por parte do Executivo, esclarece o parlamentar. Atualmente, a atividade de regulação é definida em legislação ordinária – Leis nº 8.987 e nº 9.074, ambas de 1995.

A proposição também harmoniza os interesses estatais

com os dos empresários e consumidores. Para o senador, a falta de critérios claros constitui um risco regulatório que afugenta os investidores. A proposta (PEC 81/03) já recebeu parecer favorável do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), e está pronta para ser apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tasso Jereissati argumenta que a criação de um marco regulatório passa pela inserção, na Constituição brasileira, dos princípios que norteiam as

agências reguladoras, como a defesa da concorrência e do consumidor, a estabilidade das regras, a independência decisória e administrativa, e o respeito a contratos firmados com as empresas prestadoras dos serviços.

Ainda segundo o senador pelo Ceará, além de induzir à estabilidade regulatória, a PEC “vem ao encontro das necessidades brasileiras de atrair e manter o capital produtivo em nosso país, garantindo a expansão dos investimentos de longo prazo na infra-estrutura”.



**REGULAÇÃO** Jereissati diz que a falta de critérios claros afugenta investidores

## Raupp pede crédito para produtor aproveitar a melhor cotação do café

**Parlamentar afirma que preço da saca deve chegar a US\$ 100, o que reforçará o saldo comercial**

A previsão de melhores cotações para o preço da saca de café na comercialização da safra 2003/2004, que pelos cálculos dos analistas pode atingir US\$ 100 contra os atuais US\$ 81, deve contribuir para reforçar o saldo comercial do país e aumentar a renda do produtor. A avaliação foi feita na sexta-feira pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ao solicitar às instituições bancárias oficiais a imediata liberação de crédito, para que o produtor não tenha que vender antecipadamente a sua colheita.



**BENEFÍCIO** Valdir Raupp lembra que medida também ajudaria a aumentar renda do agricultor

O parlamentar observou, no entanto, que o país tem que estar atento ao “perigo das altas exageradas de preços, que podem motivar um aumento descontrolado da área plantada, causando crise semelhante à

que o setor cafeeiro experimentou entre 1998 e 2002, quando o preço da saca registrou US\$ 40,05, o pior preço da história”.

### Mais apoio

Raupp ressaltou ainda que o agronegócio brasileiro, tão importante para a geração de emprego e renda, precisa de maior apoio do governo federal para a solução de problemas como as invasões de propriedades, a legislação deficiente, o baixo índice de mecanização e as controvérsias envolvendo as questões ambientais como a “novela” da soja transgênica.

O senador por Rondônia lembrou que a produção de grãos atingiu o recorde histórico de 123 milhões de toneladas em 2003 e que as exportações do agronegócio (US\$ 30,6 bilhões) contribuíram para construir o maior superávit comer-

cial da história do país.

As expectativas indicadas pelo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são “otimistas”, com a marca recorde de 129,6 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 5,5% em relação à safra anterior.

– São números excepcionais, com enormes benefícios para a economia nacional – comentou Valdir Raupp.

Ele mencionou o sucesso alcançado em seu estado, onde a cadeia produtiva da cafeicultura responde pela geração de mais de 80 mil postos de trabalho. Apesar do cultivo ser relativamente recente – menos de 50 anos –, Rondônia já figura, segundo o senador, entre os cinco maiores produtores nacionais, com uma estimativa da Conab de colher 2,1 milhões de sacas este ano.

## Governo precisa ficar atento à crise da Parmalat

O senador Valdir Raupp também pediu, da tribuna, atenção especial do governo federal para a crise da Parmalat e seus reflexos sobre a bacia leiteira de Rondônia. As notícias veiculadas pela imprensa estão revelando a cada dia novos aspectos da gravidade da situação da empresa italiana, mostrando, segundo o senador, que as filiais aparentemente mais prejudicadas foram a brasileira e a

norte-americana.

– Noticiou-se que o débito da empresa seria de 1,8 bilhão de euros, mas na verdade é oito vezes maior, chegando a 14,3 bilhões de euros (mais de R\$ 50 bilhões). Em nosso país estima-se que os pagamentos pendentes aos produtores brasileiros superem um bilhão de reais – destacou o parlamentar por Rondônia.

Segundo Raupp, o levanta-

mento dessas pendências ainda está sendo concluído pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), mediante trabalho a cargo da equipe de Rodrigo Alvim, presidente da Comissão Nacional da Pecuária Leiteira (CNPL).

Os dados, continuou, serão entregues aos deputados que compõem a comissão instituída para investigar o caso da quebra da Parmalat no Brasil.

– Rondônia é uma das unidades da Federação mais interessadas na conclusão dessas investigações. Os produtores do meu estado correm o sério risco de perder um de seus maiores clientes. São incalculáveis os prejuízos na região. O quadro só não é pior porque, em cidades como Jarú, cerca de três laticínios locais têm capacidade de absorver a produção dos seus oito mil produtores.

## Telefones úteis

**Disque Medicamentos** – 0800 644 0644  
**Disque Saúde** – 0800 61 1997

**Centros de Intoxicações** – 0800 780 200;  
0800 410 148; 0800 148 110; 0800 284  
4343; 0800 643 5252; 0800 771 3733

**Agência Nacional de Vigilância  
Sanitária – Anvisa**

Responsável pela proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços. Tel.: (61) 448-1000 [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

**Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – Cmed**

Composta por representantes dos Ministérios da Saúde, Justiça, Fazenda e Casa Civil tem, entre suas competências, a função de regular o mercado e de estabelecer critérios para a definição e ajuste de preços.

Tel.: (61) 448-1327 [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

**Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz**

Tel.: (21) 2598-4242 [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)

**Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Sinitox**

Tel.: (21) 3865-3131

**Conselho Federal de Farmácia – CFF**

Tel.: (61) 2106-6537 [www.cff.org.br](http://www.cff.org.br)

**Conselho Federal de Medicina – CFM**

Órgão que possui atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática médica.

Tel.: (61) 445-5900 [www.portalmedico.org.br](http://www.portalmedico.org.br)

**Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos – Idum**

Tel.: (61) 223-1361

**Federação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas – Febrarma**

Tel.: (61) 323-8586 [www.febrarma.org.br](http://www.febrarma.org.br)

**Associação Brasileira da Indústria da Automedicação Responsável – Abiar**

Congrega as indústrias fabricantes de medicamentos isentos de prescrição.

Tel.: (11) 3045-3842 [www.abiar.org.br](http://www.abiar.org.br)

**Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos – Pró Genéricos**

Congrega os laboratórios que atuam na produção e comercialização dos medicamentos genéricos

Tel.: 0800 13 7711 [www.progenericos.org.br](http://www.progenericos.org.br)



Fotos: Waldemir Rodrigues

**RESPONSABILIDADE Toda drogaria deve ter um farmacêutico em tempo integral**

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano II – Nº 16 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 2 de fevereiro de 2004

## Medicamentos são usados em excesso

Enquanto 51 milhões de brasileiros não têm acesso aos tratamentos medicamentosos devido à falta de recursos, grande parcela da população consome remédios em excesso, fazendo dos medicamentos a principal causa de intoxicação humana: são 30% dos casos registrados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz. Mulheres e crianças menores de 5 anos de idade são as mais atingidas.

A facilidade na compra de re-

médios, a automedicação e a falta de fiscalização do comércio e da propaganda de drogas legalizadas são os principais responsáveis pelo alto consumo de medicamentos pelos brasileiros. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), deveria haver uma farmácia para cada grupo de 8 mil habitantes. No Brasil, existe uma para cada 3 mil, sem contabilizar o que é oferecido pela Internet e em feiras livres. Estão disponíveis no mercado mais de 12 mil substâncias, distribuídas em 32 mil

rótulos, quando, segundo a OMS, seriam necessários apenas 300 itens ou 6 mil drogas para tratar os males da população em geral.

O uso excessivo ou inadequado de remédios traz graves problemas de saúde, podendo levar à morte. Para ajudar a prevenir intoxicações e alertar para esse perigo, o **Especial Cidadania** traz dicas, telefones úteis e outras informações que contribuem para evitar o hábito prejudicial de ingerir e receitar pílulas, xaropes e comprimidos.



## Dicas para evitar abusos e acidentes

### Cuidados

- Não use remédios sem receita médica.
- Peça a orientação do farmacêutico na hora da compra.
- Não coloque a saúde de outra pessoa em risco oferecendo ou indicando remédios. Todo medicamento tem efeitos colaterais e contra-indicações.
- Leia sempre o rótulo e a bula antes de usar um produto, para conhecer os efeitos colaterais e as consequências do uso conjunto com outras substâncias.
- Avise o médico sobre reações adversas.
- Mantenha o medicamento na embalagem original e nunca o tome após o prazo de validade.

### Em relação às crianças

- Mantenha os medicamentos em local seguro e trancado, fora do alcance das crianças, e não tome remédio na frente delas.
- Ensine que remédio não é bala, doce ou refresco, para evitar que, quando sozinhas, elas ingiram o medicamento.

### Em caso de intoxicação

- Ligue para um dos Centros de Informação e Controle de Intoxicações ou procure socorro médico. Não busque soluções caseiras, como ingerir leite ou provocar vômito. Cada produto exige um procedimento diferente.

### Na escolha do medicamento

- Durante a consulta com o médico, solicite que a prescrição contenha, além do medicamen-

to de referência, o genérico correspondente. A prescrição do genérico somente é obrigatória nos atendimentos públicos (SUS).

- Se o seu médico não optar pelo genérico, deverá escrever essa observação na receita. Caso ele não faça restrições à troca, somente o farmacêutico responsável poderá fazer a substituição. Nunca o balconista.
- A lista atualizada de genéricos deve estar à disposição nos balcões das farmácias.
- Não compre medicamento sem a bula e verifique se a embalagem não foi violada.
- Para comprar mais barato, faça pesquisa de preços. A diferença pode chegar a até 300%.

## Projetos modificam o comércio

O Legislativo quer modificar o comércio e a apresentação de medicamentos. Entre as propostas, o Projeto de Lei 4841/94, do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), que visa à adoção da Embalagem Especial de Proteção à Criança (EEPC) em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico. Pela proposta, a embalagem deverá ser confeccionada de modo a tornar difícil para uma criança com menos de 5 anos abri-la. A matéria aguarda exame da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. Também aguarda votação pela Comissão de Seguridade Social e Família o projeto 1.564/03, da deputada Angela Guedagnin (PT-SP), que torna obrigatória a indicação da denominação genérica dos medicamentos nas receitas emitidas nos consultórios médicos particulares. Atualmente, a obrigação só ocorre no âmbito do Sistema Único de Saúde.

No Senado, proposta do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) restringe a promoção e publicidade de medicamentos às publicações especializadas (PLS 308/03). Para o senador, a propaganda nos meios de comunicação leigos induz o consumidor a erro e incentiva a automedicação, favorecendo quadros graves de intoxicação. Com o mesmo objetivo, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou proposta determinando que a propaganda de medicamentos e de terapias de qualquer tipo somente poderá ser dirigida a profissionais habilitados legalmente a prescrevê-los, ou seja, aos médicos, dentistas e farmacêuticos (PLS 242/03).

As farmácias poderão ser obrigadas a vender grande parte dos seus medicamentos a granel, de modo que o consumidor leve para casa somente a quantidade prescrita na receita médica. É o que determina substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei do Senado (PL 65/00) que tem como objetivo reduzir os custos do tratamento de quaisquer doenças, tornando-o mais eficaz e evitando o desperdício de remédios. A proposta, aprovada pelo Senado, já foi enviada para a análise da Câmara. Tião Viana explica que a compra em quantidade superior à prescrita pode ser causa de intoxicação pela ingestão acidental de medicamentos vencidos ou inadequadamente guardados, além de representar custo adicional para pessoas que têm outros gastos com a doença.

## Legislação restringe a publicidade de produtos farmacêuticos

A venda, a distribuição, o comércio e a publicidade de medicamentos é regulamentada em lei específica devido aos riscos que tais produtos podem causar à saúde. Segundo a legislação (Lei 9.294/96), só é permitida a publicidade dos medicamentos que não requerem receita médica para serem comprados. Além disso, a publicidade não poderá conter afirmações que não sejam passíveis de comprovação científica, nem poderá utilizar depoimentos de profissionais que não sejam le-

galmente qualificados para fazê-los. Apesar disso, diariamente são veiculados pela televisão anúncios de remédios apresentados por celebridades e esportistas famosos, como se fossem médicos, oferecendo pílulas capazes de resolver todo o tipo de mal: de dores nas costas à fadiga e indigestão. Por lei, a cada oferta, deve seguir a advertência: "Se persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado". Mas a afirmação correta seria de que o médico deve ser consultado em primeiro lugar.

A lei proíbe, ainda, a propaganda

dirigida às crianças e aos adolescentes, bem como a utilização de mensagens e imagens com esse fim.

O órgão responsável pela fiscalização dos produtos farmacêuticos é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Cabe a ele, inclusive, fiscalizar os pontos de venda de medicamentos, como farmácias e drogarias. Em cada um desses locais, é necessário que o responsável técnico, que por lei deve ser farmacêutico, esteja presente durante todo o período de funcionamento do estabelecimento (Decreto 74.170/74). Só ele,

nunca o balconista, pode dar informações sobre os medicamentos.

Os tipos de remédios comercializados no Brasil também estão definidos na Lei dos Genéricos (9.787/99), que estabelece a criação do medicamento genérico e a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos. Com isso, os consumidores passaram a contar com o medicamento similar a um produto de referência, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, com a mesma qualidade. A nova



**CONTROLE A Anvisa é responsável pela fiscalização dos medicamentos à venda**

oferta de produtos forçou a concorrência entre laboratórios e, com isso, a redução de preços. Melhor para o consumidor.